

Resumo

A contabilidade tem um papel muito importante para uma boa gestão municipal, pois é ela que organiza, controla e fornece os registros para uma melhor administração pública e seus usuários. Ao longo desse estudo é apresentada a Contabilidade Pública e como ela auxilia a gestão de um município trazendo uma correta aplicação dos recursos públicos, o registro de todo orçamento aprovado em cada ano, como as verbas são distribuídas no município, na condução ética da gestão e na obrigação dos gestores públicos e na prestação de contas do município. Esse artigo é baseado no confronto de ideais de autores, por meio de uma pesquisa bibliográfica quantitativa, de forma a expor em que foram baseadas as afirmações acerca do tema. O trabalho tem sua relevância ao constatar que a Contabilidade Pública representa para a cidadania o principal instrumento de controle e acompanhamento das ações e políticas públicas, materializada na correta aplicação dos recursos públicos na condução ética da gestão e na obrigação dos gestores públicos de prestar contas, uma vez que a elaboração de demonstrações contábeis que representem uma visão justa e adequada da movimentação e aplicação de recursos públicos, bem como dos resultados alcançados, é fundamental para alinhar as ações dos gestores e a compreensão dos cidadãos.

Palavras Chaves: a Contabilidade, Contabilidade Pública, Gestão Pública, Gestão Municipal.

Abstract

Accounting has a very important role for good municipal management, since it is the one that organizes, controls and provides the records for a better public administration and its users. Throughout this study Public Accounting is presented and how it assists the management of a municipality bringing a correct application of public resources, the registration of every budget approved in each year, how the funds are distributed in the municipality, in the ethical conduct of the management and the obligation of public managers and the rendering of accounts of the municipality. This article is based on the confrontation of authors' ideals, through a quantitative bibliographical research, in order to expose in which the statements about the theme were based. The work has its relevance in finding that Public Accounting represents for citizenship the main instrument of control and monitoring of public actions and policies, materialized in the correct application of public resources in the ethical conduct of management and in the obligation of public managers to render accounts, since the preparation of financial statements that represent a fair and adequate view of the movement and application of public resources, as well as the results achieved, is fundamental to align the actions of the managers and the understanding of the citizens.

Key Words: Accounting, Public Accounting, Public Management, Municipal Management.

INTRODUÇÃO

A contabilidade na Gestão Municipal teve grandes mudanças ao passar dos anos. Com as alterações nas normas contábeis nacionais que passaram a adotar as normas Internacionais de Contabilidade, todos os órgãos públicos tiveram que fazer modificações em suas gestões.

Trata-se de uma mudança histórica e cultural, abandonando procedimentos que estão sendo feitos há muitos anos, o que exigiu dos Municípios brasileiros um esforço de reestruturação que envolve desde a elaboração do orçamento até a divulgação dos relatórios, demonstrativos e balanços apresentados para fins de prestação de contas isso trouxe maior facilidade ao acesso as informações, pois a gestão pública deve ser transparente.

Uma gestão pública municipal quando eficaz, pode mudar a forma como o município é administrado, onde os recursos públicos serão melhor geridos em benefício da população.

Este trabalho tem como tema a importância da contabilidade na gestão pública municipal para melhor administração dos recursos públicos.

O problema a ser abordado é: **qual a importância da contabilidade na gestão pública municipal.**

O objetivo Geral é avaliar a importância da contabilidade na gestão pública municipal e como a contabilidade facilita a administração dos recursos públicos adquiridos pelo Município.

Já os objetivos específicos são: conceituar a contabilidade de um órgão público municipal; pesquisar os recursos financeiros adquiridos; avaliar a importância de uma gestão pública municipal bem planejada.

Este trabalho justifica-se pela importância da contabilidade na gestão pública municipal de forma eficaz na melhor gestão dos recursos adquiridos pelos Municípios brasileiros e como esses recursos melhoram a vida da população.

As hipóteses estão relacionadas à má administração dos recursos adquiridos para a gestão dos municípios e também a falta deles. Abaixo, alguns conceitos que ajudam a uma boa administração municipal:

- Despertar o bom funcionamento administrativo em conjunto e transparente entre o Gestor e sua equipe.
- Melhorar o desempenho dos serviços oferecidos para a eficácia da contabilidade pública municipal.

- Facilitar o acesso da população junto ao Gestor para que a mesma informe o que precisa ser feito em melhorias para a cidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico da Contabilidade Pública

Como não poderia ser diferente a história da contabilidade é tão antiga quanto à própria história da civilização.

Para Iudícibus (2010) a noção intuitiva de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez tão antiga quanto à origem do Homo sapiens. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas, há aproximadamente 2.000 anos a.C.

O surgimento da Contabilidade está associada a necessidade de registros do comércio. À medida que o homem começava a ter maior quantidade de valores, eles se preocupavam em saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar suas riquezas; tais informações não eram fáceis de memorizar quando o volume era maior, requerendo registros.

No livro de Jó, um dos mais antigos da bíblia, relata sobre os bens que ele possuía naquela época, observe: “Possuía sete mil ovelhas, três mil camelos, quinhentas juntas de bois, e quinhentas jumentas; era também mui numeroso o pessoal ao seu serviço, de maneira que este homem era o maior de todos os do Oriente” (JÓ 1:3 Bíblia Sagrada).

Já no Brasil, a contabilidade começou com a chegada da Família Real Portuguesa que devido ao aumento dos gastos públicos e também da renda nos Estados exigiu um melhor método de fiscalização. Por isso foi criado o Tesouro Nacional e Público, junto com o Banco do Brasil (1808). As Tesourarias de Fazenda nas províncias eram formadas de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal.

Segundo (SLOMSKI, 2010, pg.26), “algumas décadas mais tarde, em 1850, é promulgada a Lei que instituí o Código Comercial, que tornou obrigatória a escrituração contábil e a elaboração anual dos Balanços Gerais, compostos dos bens, direitos e obrigações das empresas comerciais”.

Em 17 de março de 1964 foi promulgada a Lei 4.320, que elabora as normas gerais de direito financeiro para controle dos orçamentos de todas as esferas (União, Estados e Municípios). No dia 10 de março de 1986, pelo Decreto número 92.452, foi criada a

Secretaria do Tesouro Nacional, instituindo-se o órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal. Finalmente no dia 04 de maio de 2000 é sancionada a Lei Complementar número 101 (conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), trazendo grandes mudanças que influenciaram no controle e na demonstração dos gastos públicos.

2.2 Contabilidade Pública

A principal função da contabilidade pública é organizar, controlar e fornecer os registros contábeis para melhor administração pública e seus usuários.

Conforme Andrade (2013,pg. 8),

[..] a contabilidade, registra, permite o controle e análise dos atos e fatos administrativos e econômicos operados no patrimônio de uma entidade pública, possibilitando a geração de informações, variações e resultados sobre a composição deste, auferidos por sua administração e pelos usuários. Suas informações proporcionam o acompanhamento permanente da situação da entidade em questão, da sua gestão envolvendo o início, o meio e o fim. É um importante elemento auxiliar de controle para o atingimento dos objetivos e finalidades e permite uma constante auto avaliação e auto correção administrativa.

Para (KOHAMA 2016, pg. 25) “A contabilidade serve-se das contas para registros, os controles e as análises de fatos administrativos ocorridos na Administração Pública e a escrituração contábil das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas”.

Já o manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (BRASIL, 2012), define a contabilidade usada ao setor público como um área da ciência contábil que tem como objeto o patrimônio público, sobre o qual deverá fornecer informações aos seus usuários e os seus resultados alcançados, nos âmbitos de natureza física, financeira, orçamentária e econômica, levando em consideração a evidenciação de todas as alterações ocorridas nos processos da gestão, a prestação de contas e o suporte para a tomada de decisão e para o controle social.

A abordagem de Silva (2011 apud DEVAUX1995, p. 37) conceituam:

[...]que a Contabilidade Pública pode ser constituída por regras da apresentação das contas; uma definição administrativa que pode ser denominada “orgânica” – em que a contabilidade pública além de fixar as regras de apresentação das contas anuais

deve tratar também da organização dos serviços de contabilidade e uma definição jurídica que indica a Contabilidade Pública como um conjunto de regras que tem por objeto determinar as responsabilidades dos ordenadores de gastos e dos contadores públicos.

No conceito geral o que todos os estudos sobre a contabilidade pública têm como objetivo é gestão do patrimônio público.

2.3 Importância da Contabilidade Pública

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público representa para a cidadania o principal instrumento de controle e acompanhamento das ações e políticas públicas, materializadas na correta aplicação dos recursos públicos, na condução ética da gestão e na obrigação dos gestores públicos de prestar contas, uma vez que a elaboração de demonstrações contábeis que representem uma visão justa e adequada da movimentação e aplicação de recursos públicos, bem como dos resultados alcançados, é fundamental para alinhar as ações dos gestores e a compreensão dos cidadãos, em consonância com as boas práticas da governança pública.

Para (BEZERRA FILHO 2015. Pg. 02)

A importância da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o de fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

No conceito de (KOHAMA 2016 pg. 03), importância da contabilidade pública, “envolve atividade que supera a esfera do interesse da comunidade por ser de interesse da comunidade devendo subordinar-se às suas exigências ajustar-se às conveniências do todo social e manter-se na conformidade de satisfação das necessidades do indivíduo na coletividade”.

A Contabilidade Pública se torna, assim, em instrumento de controle social e de gestão governamental, sendo por isso importante na divulgação de seu conhecimento para sociedade.

2.4 Sistema Contábil Público

A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, através de metodologia que se utiliza de contas escrituradas segundo normas específicas que constituem o Sistema Contábil Público. Kohama (2016).

Ainda conforme Kohama (2016, pg26) as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o sistema contábil público estrutura-se nos seguintes subsistemas:

Subsistema de Informações Orçamentárias: Registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária, tais como: I – orçamento; II – programação e execução orçamentária; III – alterações Orçamentárias; e IV – resultado Orçamentário.

Subsistema de Informações Patrimoniais: Registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações do patrimônio público, subsidiando a administração com informações, tais como: I – alterações nos elementos patrimoniais; II – resultado econômico; III – resultado nominal.

Subsistema de Compensação: Registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle, subsidiando a administração com informações, tais como: I – alterações potenciais nos elementos patrimoniais; e II – acordos, garantias e responsabilidades.

2.5 Aplicação da Contabilidade Pública

A formação de um Estado vem da individualidade do homem que não consegue mais se defender sozinho e busca a outros para constituírem uma sociedade na qual conseguirá a defesa de seus bens. Com o surgimento da organização política das sociedades modernas reconhece o Estado como autoridade máxima dentro de seu território. Como consequência, cabe ao Estado legislar sobre os mais variados aspectos da vida dos indivíduos, entre os quais se incluem os relativos às atividades econômicas e também o exercício do poder de polícia com o objetivo de intervir e corrigir as falhas e imperfeições dos municípios que o entregam. SILVA (2011).

A contabilidade pública tem seu campo de atuação aplicado na União, no Distrito Federal, nos Estados, nos Municípios nas Autarquias, dessas entidades do Governo que possuindo personalidade jurídica de direito privado, recebem, guardam, movimentam,

gerenciem ou aplique dinheiros, bens e valores públicos, na função de suas atividades. SILVA (2012).

Conforme (ROSA ,2013, pg. 15)

Aplica-se a Contabilidade pública às pessoas jurídicas de direito público interno, bem como às entidades vinculadas que recebem recursos à conta do orçamento público, quais sejam, as fundações e empresas públicas. Aplica-se, ainda, por equiparação, para efeito contábil, às pessoas físicas que recebam sub- venção, benefício, ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, as quais devem prestar contas dos recursos que foram por elas recebidos e aplicados.

Para (PISCITELLI, Timbó, 2010, pg. 8) “A aplicação de recursos públicos, provenientes do Tesouro, ainda que de diferentes origens, se faz dentro de uma programação específica e está sujeita a controles formais, obrigatórios, dos sistemas de controle interno e externo; sua contabilização, conseqüentemente, deve seguir um modelo que assegure uma padronização adequada.”

Isso nos permite concluir que todas as empresas e entidades públicas que não estão contempladas no orçamento de investimentos, estão no campo de aplicação da Contabilidade Pública.

2.6 Funções da Contabilidade Pública

Para Andrade (2013) as funções da Contabilidade pública são:

Classificação: Cada fato administrativo ocorrido na entidade, mediante documentos hábeis e legais, deve ser agrupado em uma mesma natureza e característica, para facilitar a leitura da informação e a característica do fato.

Registro: a entidade do setor público deve manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações.

Informação: é a interpretação das demonstrações e dos registros com base nas classificações dos fatos, surge de diversas formas, dependendo da decisão do analista de onde utilizar os dados necessários para extrair as informações.

Controle: é a aplicação dos métodos de acompanhamento e fiscalização dos atos, fatos e das demonstrações oriundas destes, buscando o aperfeiçoamento e a integridade da entidade ou ente público.

Análise: é o exame de cada parte e do todo contábil, mediante a aplicação de procedimentos próprios ou externos, buscando o conhecimento da natureza dos fatos, das

proporções, da evolução e involução dos resultados, propiciando a tomada de decisão com eficiência e eficácia.

3 Gestão Pública

Gestão pública é o campo de conhecimento e de trabalho que estão relacionados às organizações cuja missão seja de interesse público ou afete este e abrange áreas como Recursos Humanos, Finanças Públicas e Políticas Públicas, entre outras.

A Gestão Pública está intimamente ligada à Contabilidade, pois é através dela que se pode oferecer ao administrador as informações necessárias para que este possa tomar decisões durante sua gestão frente ao Poder Executivo e desta forma obter êxito. As Administrações Públicas após a Lei de Responsabilidade Fiscal, entraram na era do planejamento para que suas ações nos gastos públicos atendam os anseios da população. A Lei define regras para execução dos trabalhos e proíbe que se gaste mais do que se arrecada.

Para MATIAS (2014, pg. 77)

Administração Pública, num sentido amplo, designa o conjunto de serviços e entidades incumbidos de concretizar as atividades administrativas, ou seja, da execução das decisões políticas e legislativas. Assim, a Administração Pública tem como propósito a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual ou municipal, segundo preceitos de Direito e da Moral, visando o bem comum.

Um dos itens essenciais segundo Andrade (2013, pg 43), o orçamento, é “a função primordial da gestão pública de estimar as receitas e fixar as despesas. Momento em que se define legalmente, pelas dotações orçamentárias, formalização de utilização dos recursos disponíveis nas instituições públicas.”

3.1 Gestão Municipal

A contabilidade pública tem como objetivo ajudar o gestor nas decisões a serem tomadas em relação ao município. É na contabilidade que está registrada todo o orçamento aprovado em cada ano e as informações sobre os bens, os direitos, e as obrigações do município. Ao assumir o mandato, o prefeito tem que saber como está a situação patrimonial e financeira do seu Município, e é nos relatórios contábeis que se encontra esses dados. Essas são as informações que limitarão o poder de atuação do gestor, esclarecendo os compromissos

que já foram assumidos nas gestões anteriores, e se há recursos disponíveis para atender às promessas de campanha.

Conforme a CNM (2012, pg. 14) “Ao assumir o seu mandato, é importante que cada prefeito entenda como está a situação patrimonial e financeira do seu Município, cujos dados estão sintetizados nos relatórios contábeis”.

Segundo Andrade (2013, pg. 23), “gestão municipal, tem-se o poder de alterar a estrutura organizacional por meio de uma legislação própria, mediante atos normativos do Poder Executivo e do Legislativo.”

Os registros contábeis são acompanhados por órgãos da própria administração municipal e estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas. As informações também devem estar disponíveis para toda a população.

Entre os recursos apresentados, a contabilidade pública na gestão municipal oferece informações de grande importância para as decisões que o gestor tem que ter em sua rotina administrativa. Assim, o prefeito terá um planejamento orçamentário adequado, evitando gastos desnecessários pois o mesmo estará sendo fiscalizado pela Lei de responsabilidade fiscal. Essa lei se aplica a gestão pública visando controlar os gastos desenfreados dos gestores públicos.

3.2 O Município de Abadiânia

O município de Abadiânia ex povoado de Posse, subordinado na época pelo Município de Corumbá de Goiás, tornou-se independente com o decreto lei estadual nº 832, de 20-10-1954 e está localizada as margens da Rodovia BR-060 a 90 km de Goiânia, e a 115 km de Brasília, o que torna o município com um posicionamento geográfico privilegiado. Sua população é de 15.757 habitantes, conforme o censo realizado pelo IBGE em 2010.

Conforme o IBGE o município de Abadiânia está inserida na Microrregião do Entorno de Brasília. Sua posição geográfica é de 16° 10' 12" de Latitude sul e 48° 38' 24" de Longitude, limitando-se com os municípios de Alexânia, Silvânia, Gameleira de Goiás, Anápolis, Pirenópolis e Corumbá de Goiás. Sua bacia hidrográfica pertence ao Rio Paraná destacando-se para os rios Corumbá, Ribeirão das Antas, Piancó e Capivari. Com vegetação típica do cerrado o município apresenta temperatura média de 20 graus, com território na região mais alto do estado Planalto Central.

Com a duplicação da rodovia concluída em 2008, teve um desenvolvimento significativo, com o grande tráfico de veículos pela BR-060, aumentaram-se os postos de combustíveis, a área comercial e algumas residências tornaram-se restaurantes e empórios. As margens da rodovia, temos as típicas barracas de venda de panelas de alumínio, móveis rústicos e também frutas da região tão conhecidas por quem passa pela BR-060 todos os dias.

Abadiânia também consta com uma grande cadeia de hotéis devido à grande quantidade de turistas nacionais e internacionais que visitam o município, movidos pelo turismo religioso, impulsionando a economia.

3.3 Arrecadação dos recursos financeiros.

Os municípios dispõem de diversas fontes de receitas, com as quais pagam os seus custos como: os salários do prefeito, dos vereadores e dos funcionários. Esses recursos também são destinados para saúde, educação, assistência social e ainda para as obras de melhorias: asfalto, construção de escolas e creches e outros.

Mas desses recursos o que vem em primeiro lugar são impostos. São eles:

- Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
- Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos (ITBI), adquirido pelo município quando se vende um imóvel local;
- Imposto sobre Serviços (ISS).

4 - Receitas do Município

A atividade econômica do município de Abadiânia teve sua arrecadação financeira no ano de 2016 através dos seguintes setores:

ATIVIDADES ECONÔMICAS	VALORES
Agropecuária	R\$ 63.067.000
Indústria	R\$ 19.766.00
Serviços, administração, saúde, edificação pública e seguridade social	R\$ 120.615.00

Impostos	R\$ 20.807.00
Total	R\$ 141.422.000

Fonte IBGE

4.1 Repasses, Estaduais e Municipais

A constituição garante que a arrecadação feita pelos estados sobre seus impostos sejam repassadas para os municípios. Como quadro abaixo:

IMPOSTOS ESTADUAIS	PORCETAGEM DE REPASSE
ICMS	25%
IPVA	50%

IMPOSTOS FEDERAIS	PORCETAGEM DE REPASSE
IR	23,5%
IPI	23,5%
ITR	50%

Fonte CGU

Como mostrado acima o Estado arrecada 100% com cada impostos acima descrito e tem como responsabilidade repassar as porcentagens desses impostos para seus municípios.

O IR e o IPI compõe o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), já os 50% restantes do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) são para a União.

Com relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), os municípios menores levam uma grande vantagem, pois esse recurso deverá ser depositado nas contas dos municípios a cada dez dias, o que facilita o planejamento orçamentário e financeiro pelas prefeituras.

O Tribunal de contas da União (TCU) é o maior responsável pelos cálculos e repasses dos recursos financeiros para cada município que em conjunto ficam responsáveis pela fiscalização, aplicação e recebimento. Esses cálculos são feitos de acordo com o número de habitantes e tem como maior informante o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Há ainda os repasses por convênios firmados pelo município com o estado e a União, que geralmente são destinados a saúde, saneamento e educação.

O patrimônio público do município também pode ser explorado economicamente como a venda de bens móveis e imóveis, aluguéis, entre outros, para aumentar ainda mais a receita.

E para completar esses recursos temos também as multas, taxas e penalidades sobre obras irregulares, a atualização monetária de impostos pagos em atraso e a cobrança da dívida ativa.

Quando município recebe todos esses recursos, ele mesmo utiliza sua estrutura administrativa para melhor distribuição dessa renda, como contratação de bens e serviços que tenham um objetivo comum com a União.

O município de Abadiânia no exercício do ano de dois mil e dezesseis (2.016) teve uma arrecadação financeira no total de R\$ 40.902.438,01 (quarenta milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e um centavo).

Com o PIB em torno de R\$ 15.825, 19 (quinze mil, oitocentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos) e renda per capita em torno de R\$ 584, 92 (quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos), o município tem uma taxa de atividade da população de 18 anos ou mais de 65,48% e uma taxa de desocupação de 3,16%.

5 - Despesas do Município

As despesas de um município são sanadas através dos repasses que o mesmo recebe através do Estado e da União. São despesas que o município contraem com saúde, educação e outros e que precisam ser quitadas para que possa haver melhorias não só nos setores citados como em todos os outros.

Abaixo algumas despesas principais que o município de Abadiânia sanou no ano de 2.016:

DESPESAS MUNICIPAIS	VALORES
Agropecuária	R\$ 229.016,93
Saúde	R\$ 7.291.220,02
Educação	R\$ 4.522.219,91
TOTAL	R\$ 12.042.456,86

Todos os dados acima foram obtidos através do último censo realizado pelo (IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) no ano de 2.010. Devido a não permissão pela prefeitura Municipal de Abadiânia aos dados do município, não foi possível a realização da pesquisa com dados atualizados.

6 - METODOLOGIA

Para a construção de um trabalho, é preciso que se faça uma pesquisa e se utilize métodos científicos. Neste artigo foi inserida uma metodologia de pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica descritiva, para que através de um confronto de opiniões de diversos autores fosse possível demonstrar a função da Contabilidade Pública na Gestão Municipal.

A Metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação. (PRODANOV; FREITAS, 2013, pg. 14)

A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo e nem com os métodos utilizados.

Já (MATIAS-PEREIRA, 2012, pg 30) define metodologia, “como o conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim.”

Segundo (MARCONI, LAKATOS, 2017, pg 79), “metodologia é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.”

6.1 Pesquisa Qualitativa

O método qualitativo se preocupa com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde ao universo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Já Godoy (1995), ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos citando um conjunto de características capazes de identificar uma pesquisa desse tipo como: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação de investigador; o enfoque indutivo.

Segundo (OLIVEIRA, 2011, pg.25)

A abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as conseqüências.

Para (KLEIN, 2015, pg.31)

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem, por exemplo, descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certos elementos, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por indivíduos e grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento das pessoas. Em uma pesquisa qualitativa, o pesquisador evita a imposição de categorias para o estudo empírico de um fenômeno. Ao invés de ir a campo com um conjunto predefinido de construtos ou instrumentos para medir a realidade, o pesquisador muitas vezes deriva seus construtos.

Assim, a pesquisa qualitativa tem como objetivo os dados apresentados, adquiridos no contato direto do pesquisador com o objeto pesquisado, dando ênfase no processo do que o produto e se preocupa em retratar a visão dos participantes.

6.2 Pesquisa Bibliográfica Descritiva

É o levantamento de um determinado tema, processado em bases de dados nacionais e internacionais que contêm artigos de revistas, livros, teses e outros documentos.

Entende-se que a pesquisa bibliográfica, em termos genéricos, é um conjunto de conhecimentos reunidos em obras de toda natureza. Tem como finalidade conduzir o leitor à pesquisa de determinado assunto, proporcionando o saber. Ela se fundamenta em vários procedimentos metodológicos, desde a leitura até como selecionar, fichar, organizar, arquivar, resumir o texto; ela é a base para as demais pesquisas. (FACHIN, 2006, pg. 120)

Ainda segundo (FACHIN, 2006, pg. 120), “em qualquer área do conhecimento deparamos com um acervo de diferentes fontes de obras que contêm dados e informações úteis, possibilitando o acesso à pesquisa bibliográfica.”

Para (MARCONI e LAKATOS, 2017), pesquisa bibliográfica é uma de produção científica que é feita com base em textos, extraídos de livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos. Hoje, entende-se que artigos científicos constituem o foco principal dos pesquisadores, em encontrar conhecimento científico atualizado. Entre os livros, destaca-se os de leitura corrente e os de referência.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma melhor visão da importância da contabilidade pública para gestão dos municípios. Além disso, também permitiu um melhor entendimento acerca da funcionalidade e utilização da contabilidade em uma gestão pública de acordo com a visão de alguns autores presentes na bibliografia.

De um modo geral, todos os municípios dependem de informações precisas e instrumento de controle para poder elaborar o seu planejamento. Utilizando da Contabilidade Pública como principal instrumento de controle os municípios conseguem melhorar a sua gestão. Sendo que as informações que os municípios recebem através da contabilidade quando analisadas e expressadas de forma eficiente se tornam excelentes ferramentas para as tomadas de decisão.

Através da contabilidade que os municípios passam a ter uma visão mais ampla da situação financeira, das receitas e despesas adquiridas, do repasse financeiro para cada setor,

como saúde, educação e segurança, assim podendo analisar e se preparar para uma boa gestão municipal, visando o futuro, trazendo uma perspectiva de melhorias e crescimento.

Nesse sentido a contabilidade, registra, permite o controle e análise dos atos e fatos administrativos e econômicos operados no patrimônio de uma entidade pública, possibilitando a geração de informações, variações e resultados sobre a composição deste, revisados por sua administração e pelos usuários. Suas informações proporcionam o acompanhamento permanente da situação da entidade em questão, da sua gestão envolvendo o início, o meio e o fim. É um importante elemento auxiliar de controle para o atingimento dos objetivos e finalidades e permite uma constante auto avaliação e auto correção administrativa.

Tudo isso visto no balanço patrimonial do município de Abadiânia do ano de 2.016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 5. ed. – São Paulo : Atlas, 2013.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva** / João Eudes Bezerra Filho. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da metodologia**. 5ª edição, São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

KLEIN, Amarolinda Zanela. **Metodologia de pesquisa em administração: uma abordagem prática** /... [et. al.]. -- São Paulo : Atlas, 2015.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática** / Heilio Kohama. – 15. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea** / José Matias-Pereira. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica** / José Matias-Pereira. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2012. Funções da contabilidade

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública 2: uma abordagem da administração financeira pública**/Roberto BocaccioPiscitelli ... [et al.]. – 13. ed. rev., ampliada e atualizada até março de 2009 – São Paulo: Atlas, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público** / Maria Berenice Rosa. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Valmir Leôncioda. **A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática** / Valmir Leôncio da Silva. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/ IFAC/CFC)** / ValmorSlomski. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição

IUDÍCIBUS, Sergio de et al. **Manual de contabilidade societária: aplicada a todas as sociedades** – De acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

Confederação Nacional de Municípios – **CNM Contabilidade Pública: A nova Contabilidade Pública Municipal.** – Brasília: CNM, 2012